

Líderes tentam acordo para votações no esforço concentrado

Proposta acaba com taxa de relição de água e energia

Projeto que proíbe a cobrança de taxa de relição de energia elétrica e água está na pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que se reúne na próxima terça-feira, a partir das 14h. A justificativa da proposta, já aprovada pela Câmara, é que as concessionárias já punem o consumidor inadimplente com multa sobre o valor devido.

Página 3

Roosevelt Pinheiro



DIÁLOGO Hélio Costa (C) tem conversado com senadores de diferentes partidos em busca de acordo para informática

■ Governistas levam para reuniões na segunda e terça novos textos sobre biossegurança e informática

A votação da pauta de mais de 40 itens na próxima semana depende de reuniões na segunda e na terça-feira. Os relatores de duas matérias polêmicas – biossegurança e informática – devem apresentar seus pareceres, em torno dos quais será tentado um acordo. Os governistas buscam entendimento também para examinar as parcerias público-privadas.

Página 3

EM DEFESA DO CERRADO

O Cerrado, que já perdeu 57% de sua área, foi defendido ontem por índios xavantes e timbiras (foto), em manifestação no Congresso Nacional. Hoje, o "Grito do Cerrado" prossegue com novos eventos.

Página 4



Senado entra no debate sobre agência de cinema

A Comissão de Educação traz para o Senado a discussão do anteprojeto do governo que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Na terça-feira, será realizada audiência pública com a presença de pessoas ligadas ao mundo do cinema, como o cineasta Cacá Diegues, e dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira. A agência deve regulamentar as atividades cinematográficas e audiovisuais, além de expedir normas sobre sua exploração.

Página 2



DESCONFIANÇA Para Heráclito, projeto pode ter sido financiado pela Caixa Econômica Federal

Heráclito quer detalhes sobre obra em Teresina

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou à Mesa requerimento dirigido ao Ministério da Fazenda em que solicita informações sobre possível financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção do projeto Cidade Detran, elaborado pelo governo do estado do Piauí, que será executado em Teresina.

O projeto foi anunciado e lançado em solenidade pública como uma reurbanização da área onde funciona o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí, na capital, e abrigará uma galeria cujo funcionamento será nos moldes de um *shopping*, disse o senador. Há poucos dias, Heráclito, de posse dos jornais de Teresina, já havia se manifestado em Plenário contra a construção do que classificou de "uma megaobra sem finalidade prática do governo do PT". Ele ressaltou que a capital tem outras áreas para esse tipo de projeção.

Heráclito Fortes indaga se foi liberado algum recurso da CEF para a construção da Cidade Detran e quais valores foram repassados ou transferidos. O Ministério da Fazenda tem 30 dias para responder ao Senado.

■ Dois ministros e cineastas como Cacá Diegues são aguardados para audiência pública

O anteprojeto do governo que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) começa a ser analisado pelo Senado. Na próxima terça-feira, a partir das 10h, a Comissão de Educação (CE) abre a discussão e realiza audiência pública com a presença de cineastas, como Cacá Diegues, e dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira.



PREOCUPAÇÃO Reunião de terça-feira foi proposta pelo presidente da comissão, Osmar Dias

Ao propor a reunião, Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que o projeto, desde que se tornou público pela Internet, tem sido objeto de grandes debates, envolvendo, praticamente,

todos os setores relacionados à atividade cinematográfica e audiovisual.

A criação da Ancinav ainda está em fase de gestação no Ministério da Cultura e, de acordo com o ministro, Gilberto Gil, aguarda apresentação de sugestões. Tão logo os estudos sejam concluídos, o governo enviará ao Congresso, este ano, um projeto de lei que terá por meta implementar a política nacional do setor.

Entre as principais atribuições do novo órgão, destaca-se a regulamentação das atividades cinematográficas e audiovisuais. A Ancinav também fiscalizará e aplicará as sanções previstas em lei, além

de verificar o cumprimento da legislação de direito autoral.

Deverão comparecer à audiência os presidentes da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec), Ricardo Difini Leite; do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Geraldo Moraes; e da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (Unitv), Antônio Telles.

Foram ainda chamados para o debate o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, e o vice-presidente dos Sindicatos dos Distribuidores dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, Rodrigo Braga.

Agenda

Esforço concentrado na terça-feira

A sessão de hoje, às 9h, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Na próxima segunda, às 14h30, o Plenário também realiza sessão não deliberativa e, na terça, recomeça o esforço concentrado do Congresso, em que os senadores pretendem votar a Lei de Informática e concluir a reforma do Judiciário.



TV Senado mostra quarteto carioca

O Espaço Cultural, programa da TV Senado, que vai ao ar no sábado, às 24h, e no domingo, às 21h30, apresenta *show* do quarteto de violonistas Maogani. Formado por

universitários cariocas, o quarteto tem atuado ao lado de nomes conhecidos da música brasileira, como Lenine, Ed Motta, Maria Bethânia e Leila Pinheiro.

Noel Rosa e outras vozes

Neste sábado, às 22h, a Rádio Senado exibe o *Vozes do Século XX*, que conta com a presença de Noel Rosa, Alcides Gonçalves, Capiba e Waldemar Henrique, entre outros. A apresentação e produção do programa é de Artur da Távola.

Como acessar a Rádio Senado

Pela página da RadioAgência Senado, na Internet, é possível ter acesso aos programas da Rádio Senado. O serviço é gratuito e, para o *download*, basta cadastrar a emissora no site www.senado.gov.br/radio.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



BALANÇO Teotonio afirma que enchentes mataram 24 pessoas e deixaram 3 mil desabrigados

Teotonio cobra assistência aos flagelados de AL

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) destacou artigo de sua autoria, publicado no último dia 3 de agosto no *O Jornal*, de Maceió (AL), intitulado "Desassistência: na cheia e na seca". No texto, ele critica a falta de assistência do governo aos flagelados das fortes chuvas que atingiram o Nordeste e que deixaram 3 mil desabrigados na capital alagoana.

– Novamente, a falta de assistência do governo do PT é uma agravante inaceitável e piorou sobremaneira os efeitos de mais esse flagelo que nos atingiu. Neste ano, apesar dos 24 mortos, 3 mil desabrigados e R\$ 13 milhões de prejuízos, nem tivemos presidente, nem ministros, apenas promessas – declarou o senador.

Teotonio disse que no ano passado "tudo foi muito parecido, embora com alguns detalhes que denunciam a insensibilidade dos atuais burocratas".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



BENEFÍCIO Se aprovado pela comissão, projeto de Tuma segue para deliberação do Plenário

CAE deve votar isenção do IR para portadores de hepatite

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião ordinária agendada para a próxima terça-feira, às 10h, para votar apenas matérias não terminativas, pelo fato de a pauta do Plenário continuar travada por um projeto de lei de conversão e pelo projeto de lei da Câmara que prorroga os incentivos para o setor de informática. O primeiro item a ser examinado pela CAE, se não houver inversão de pauta, será o projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui os portadores da hepatite C ou da hepatite B, em sua forma crônica, entre os contribuintes isentos do Imposto de Renda.

O texto original da proposta está sendo restabelecido, com apenas uma única emenda de redação, pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela propõe, em seu relatório, a rejeição do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, por questionar as mudanças feitas naquela Casa, que estendem aos portadores de hepatopatias graves alguns benefícios concedidos aos infectados com o vírus HIV e aos doentes de AIDS. Se aprovado na CAE, o projeto de Tuma seguirá para o Plenário.

A CAE deve votar também o relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) favorável à proposta do senador José Agripino (PFL-RN) de instituição da bolsa de aperfeiçoamento profissional, com estágio remunerado em empresas e universidades, financiado parcialmente com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. A bolsa, no valor mensal equivalente a R\$ 200, será concedida pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser renovada uma única vez por igual período, e não implica vínculo empregatício.

Senadores buscam acordo para examinar propostas

■ Novos textos para biossegurança e informática fundamentam a busca do entendimento

Líderes partidários no Senado têm reuniões na segunda e na terça-feira, quando tentarão fechar acordos para votação de projetos na terceira semana de esforço concentrado do Congresso que antecede as eleições municipais. Dois projetos trancam uma pauta que tem mais de 40 itens, e só haverá votação a partir de terça-feira se as negociações tiverem êxito.

A primeira reunião, na segunda-feira, envolverá líderes da base governista, quando se discutirá, entre outras coisas, a estratégia para a semana. Nesse encontro, o senador Ney Suassuna (PB), vice-líder do PMDB, apresentará parecer sobre o projeto da Lei da Biossegurança – ele é o relator da matéria em três comissões.

Em outra reunião, os parlamentares conhecerão o texto que um grupo de senadores, liderados por Hélio Costa (PMDB-MG), irá propor para algumas partes da regulamentação da Lei de Informática (PLC 32/04). Haverá ainda reunião de líderes com senadores envolvidos na discussão do projeto das parcerias público-



MISSÃO Hélio Costa deve apresentar nova sugestão para regulamentar a Lei de Informática

privadas (PPPs).

O projeto sobre informática gerou polêmica no Senado, depois de votado na Câmara, porque o governo não concordou com uma anistia que os deputados propuseram para empresas de produção de equipamentos eletrônicos instaladas com incentivos na Zona Franca de Manaus – nem todas fizeram investimentos em tecnologia, uma exigência para o benefício fiscal.

Além disso, senadores de Minas e da Bahia discordaram de um parágrafo da regulamentação, o qual poderia impedir que empresas instaladas fora de Manaus pudessem receber incentivos da Lei de Informática. Instalado o impasse, o presidente do Senado, José Sarney, criou o grupo liderado por Hélio Costa para encon-

trar um texto de consenso. O projeto sobre informática está obstruindo as votações, pois recebeu pedido de urgência.

Antes do projeto de informática, os senadores terão de votar medida provisória (191/04) que, por ter sido assinada há mais de 45 dias, também passou a obstruir todas as votações do Plenário. A medida, que está sendo modificada por um projeto de lei de conversão (PLV 43/04), não é polêmica e permite que cientistas possam importar sem impostos equipamentos de trabalho, a exemplo do que é autorizado a entidades de pesquisa.

Os líderes partidários tentarão um acordo pelo menos para votação do parecer que o senador Ney Suassuna apresentará ao projeto da Lei da Biossegurança. O senador acredita que, com o acordo, será possível realizar reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para apreciação do seu parecer.

Outro assunto que mobilizará na semana os líderes partidários é o projeto das PPPs. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), quer avançar nas negociações com os senadores de oposição, especialmente os do PSDB, que fizeram várias críticas ao texto do governo, já votado pelos deputados.



PARECER Serys apóia projeto que extingue dupla punição para consumidor de água e energia

Ceará. O senador José Maranhão (PMDB-PB), relator da matéria, apresentou parecer favorável. A comissão analisa ainda a indicação presidencial de Gregório de Souza Rabêlo Neto para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga de Anália Francisca Ferreira Martins.



ABRANGÊNCIA Maguito pretende incluir empresas prestadoras de serviços no modelo simplificado

Maguito quer ampliar benefício do Simples

A Lei do Simples, que garante tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, poderá ser modificada para incluir empresas de maior faturamento e de outros ramos de atividade. As mudanças são propostas em dois projetos de lei complementar de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ambos com voto favorável do relator, então senador Marcos Guerra (PSDB-ES), que estão tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Projeto de Lei Complementar 64/04 revoga, entre outros dispositivos, cinco alíneas do artigo 9º da Lei 9.317, de 1996 – conhecida como a Lei do Simples – que excluem da abrangência do sistema atividades como as de locação de imóveis, armazenamento, propaganda e publicidade, *factoring* e serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

Também seria retirada da lei atual, segundo a proposta de Maguito, a alínea que exclui da abrangência do Simples empresas destinadas a atividades como as de músico, médico, dentista, economista, consultor, jornalista e “assemelhadas”. Para o senador, ao incluir mais de 300 atividades entre as “assemelhadas”, em 2003, a Receita Federal excluiu mais de 80 mil optantes do sistema.

O Projeto de Lei Complementar 65/04, por sua vez, determina a atualização monetária anual dos valores referentes à receita bruta das empresas que podem ser beneficiadas pelo modelo de tributação simplificada. A correção, de acordo com a proposta, seria feita conforme a variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP/DI).

Taxa de religação de água e energia pode ser proibida

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute na terça-feira, a partir das 14h, o projeto de lei da Câmara que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento. O projeto (PLC 13/04), de autoria do deputado federal Wilson Santos, recebeu parecer favorável da senadora Serys Shessarenko (PT-MT).

A proposta determina que a proibição não se aplica no caso de a interrupção de fornecimento do serviço ter sido solicitada pelo consumidor. O autor do projeto justifica sua proposta afirmando que a

inadimplência do consumidor é punida com a aplicação de multa sobre o montante da dívida e, eventualmente, pela suspensão no fornecimento. Em sua opinião, a cobrança de taxa de religação não constitui pena acessória, senão uma outra pena, caracterizando dupla punição pela mesma falta.

Está na pauta também outro projeto do deputado Wilson Santos, o PLC 21/04, que altera a Lei 5.917/73 (que instituiu o Plano Nacional de Viação) para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-405 e BR-116, com extremos localizados, respectivamente, nos estados da Paraíba e do

Índios sugerem transformar o Cerrado em patrimônio nacional

■ Pedido é feito em manifestação no Plenário do Senado, que teve apoio de Ney Suassuna

Cerca de 40 índios das tribos Xavante e Timbira realizaram manifestação no Plenário do Senado na manhã de ontem em defesa da preservação do Cerrado. Eles foram acompanhados pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Os índios deixaram duas toras de buriti, árvore típica do Cerrado, em frente à mesa da Presidência da Casa. As madeiras, segundo Suassuna, serão levadas para o Museu do Senado.

O ato faz parte da programação do "Grito do Cerrado",

coordenado pela Rede Cerrado, entidade que reúne 72 organizações não-governamentais. Os índios pretendem, segundo a coordenação do movimento, sensibilizar os parlamentares para a aprovação de projetos que transformam o Cerrado em patrimônio nacional.

A manifestação teve início com a "corrida de tora", diante da Catedral de Brasília. Na entrada do Congresso, em frente à rampa, os índios realizaram uma dança com as toras de buriti, repetindo ritual das tribos que vieram a Brasília para diversas atividades programadas para hoje. Amanhã, comemora-se o Dia Nacional do Cerrado.

Suassuna prontificou-se a receber os índios e concordou em levá-los até o Plenário do

Senado. Solicitou, entretanto, por segurança, que as toras de buriti ficassem na porta de entrada da Casa. Alegando que não podiam se separar da madeira, os índios insistiram e levaram as toras até o Plenário, depositando-as em frente à mesa da Presidência, como símbolo da luta pela preservação do bioma, sob os gritos de "cerrado vivo" dos demais manifestantes.

Ao lado dos índios, em frente à mesa da Presidência, Suassuna ressaltou que "as causas, para serem vitoriosas, não podem ser levadas na ponta da faca" e destacou ser necessário preservar o ecossistema. O índio Hiparidi Top Tiro disse que a questão indígena e a defesa do Cerrado são uma causa única. Outro representante do movimento,

Alberto Hapyhi, fez um apelo para a conservação "do pouco do Cerrado que resta".

—O Cerrado é uma área muito fragilizada. Então, os índios têm razão de estar lutando. Eles estão lutando por uma causa deles. Logo, é uma causa justa. Por isso, assumi a responsabilidade de trazê-los até aqui. O Cerrado é provavelmente o segundo maior bioma do Brasil e precisa ser preservado. Eles têm razão — afirmou Suassuna.

Para o senador, a elevação do Cerrado à categoria de patrimônio nacional, juntamente com outros biomas, como já consta da Constituição, é o ideal. A sugestão está incluída em propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados.



IMPORTÂNCIA Demostenes lembra que Cerrado representa cerca de um quarto do território nacional

Preservação é definida em proposta de Demostenes

Proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Demostenes Torres (PFL-GO) inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A PEC 51/03 já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e aguarda inclusão na ordem do dia para votação pelo Plenário da Casa. Na Câmara dos Deputados, duas PECs (115/95 e 150/95) também tramitam com o mesmo objetivo.

A proposta de Demostenes modifica o parágrafo 4º do art. 225 da Constituição, que define os biomas considerados patrimônio nacional, cuja utilização deve ocorrer, de acordo com o texto, segundo condições que assegurem a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população. Já estão inscritos nessa condição a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Para o senador, a inclusão do Cerrado e da Caatinga corrigirá falha que "carece de justificativa científica e que resulta da restrita divulgação da importância dessas formações vegetais".

A importância do Cerrado, observou Demostenes Torres, decorre não só do fato de essa formação representar cerca de um quarto do território nacional, mas, principalmente, por englobar ampla variedade de ecossistemas e elevada diversidade biológica. Segundo o senador, a baixa prioridade para conservação desse ecossistema evidencia-se pelo insignificante percentual de áreas protegidas na forma de unidades de conservação.

Bioma já perdeu 57% de sua área

De acordo com a Rede Cerrado, organização responsável pelo "Grito do Cerrado", o bioma já perdeu 57% de sua área, que representa cerca de 22% do território nacional. O ecossistema abrange os estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Piauí, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e parte do Pará, além do Distrito Federal.

Segundo a entidade, o Cerrado é a savana mais rica do mundo e muito provavelmente a responsável por 5% de toda a biodiversidade mundial. No bioma, nascem os córregos e rios formadores das principais bacias hidrográficas do continente sul-americano — o São Francisco, Amazonas/Tocantins e Paraná/Prata. O ecossistema, informa ainda a entidade, abriga mais de 10 mil espécies de plantas, 837 de aves, 161 de mamíferos, 150 de anfíbios e 120 de répteis.

Estudo divulgado pela Conservação Internacional/Brasil, segundo o "Grito do Cerrado", indica a possibilidade de haver uma redução da cobertura vegetal num ritmo de 2,2 milhões de hectares por ano.



INSISTÊNCIA Suassuna não queria, mas acabou permitindo que os índios levassem as toras até o Plenário

Programação completa do "Grito do Cerrado"

Além da manifestação dos índios na Esplanada dos Ministérios e no Congresso Nacional, constou também da programação do "Grito do Cerrado", a cargo da Rede Cerrado, a realização, ontem, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, de mesa-redonda sobre as propostas de emenda à Constituição (PEC) que transformam o Cerrado e a Caatinga em patrimônio nacional.

Também ontem foi aberta a exposição "Ciência na Praça", com pesquisas técnico-científicas sobre a flora, fauna, ecologia e conservação do bioma, realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Outra exposição inaugurada

ontem, e que se encerra no próximo dia 16, foi a do "Cerrado da Trijunção", com aquarelas do pintor Robin MacGregor. As telas estão expostas no corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Em estandes no gramado da Esplanada dos Ministérios, está programada para hoje, das 14h às 20h, uma mostra de experiências e produtos sustentáveis.

Hoje, a partir das 8h30, está programada ainda uma solenidade promovida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado. O palco será montado no gramado da Esplanada dos Ministérios, próximo à Rodoviária.

Também hoje, às 10h, o Grupo de Trabalho Cerrado entregará à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, propostas para a preservação do bioma. O grupo foi instituído por portaria do Ministério do Meio Ambiente e reúne representantes do Poder Executivo, de organizações não-governamentais, de nações indígenas e de comunidades do Cerrado.

Às 16h30, haverá manifestação pública na Esplanada dos Ministérios, que terminará diante do Congresso Nacional. E, a partir das 18h, está prevista a apresentação de danças e cantos indígenas do Grupo Tsawidi de Cantores Xavante, entre outros, no palco do gramado da Esplanada dos Ministérios, perto da Rodoviária.